



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1008697-85.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Interdição - Tutela e Curatela**  
 Requerente: **Jose Eduardo Nucci e outro**  
 Requerido: **Orestina Agua Nucci**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

- 1 Às fls. 01/14, **JEN** requereu a interdição de sua mãe, **OAN**, em razão de suposta incapacidade decorrente de alzheimer (CID G30 ).
- 2 Às fls. 21/24, o autor juntou documentos, fls. 25/39.
- 3 Às fls. 40, decisão (sem pedido de tutela de urgência).
- 4 Às fls. 44/45, emenda à inicial para incluir a neta, **MSANM** como autora do pedido de interdição, pessoa a ser nomeada curadora da requerida. Juntou documentos, fls. 46/61.
- 5 Às fls. 62/63, a neta, **MSANM**, **foi nomeada curadora provisória da requerida.**
- 6 A parte requerida não foi regularmente citada, na medida em que o Sr. Oficial de Justiça certificou, na ocasião da diligência, que a requerida não tinha condições de entender o teor do ato (fls. 90 – citou na pessoa da cuidadora).
- 7 Às fls. 101/103, petição da curadora para fazer livre movimentação financeira das economias da curatelada. Juntou documentos, fls. 105/106.
- 8 Manifestação ministerial às fls. 109.
- 9 Às fls. 114/121, contestação pela d. Defensoria Pública, curador especial.
- 10 Às fls. 135, decisão.
- 11 Às fls. 167/172, laudo social.
- 12 Às fls. 175, petição do autor para inclusão da curadora no polo ativo.
- 13 Às fls. 176/182, petição da curadora quanto à utilização do patrimônio da curatelada em benefício desta. Juntou documentos, fls. 183/211.
- 14 Às fls. 215, manifestação do curador especial.
- 15 Às fls. 220, manifestação ministerial.
- 16 Às fls. 222, decisão determinando a inclusão da curadora no polo ativo.
- 17 Às fls. 233/235, laudo pericial.
- 18 Às fls. 236/239, informação do setor social.
- 19 Às fls. 245/247, manifestação do curador especial.
- 20 Às fls. 248/251, manifestação da curadora.
- 21 Às fls. 255/258, manifestação ministerial.
- 22 **É o relatório. Fundamento e DECIDO.**
- 23 O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, pois o conjunto probatório já é suficiente para formação do juízo de convicção, não se fazendo

**1008697-85.2016.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

necessária produção de provas em audiência, nos termos do art. 330, do Código de Processo Civil, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

- 24 É o caso de procedência do pedido.
- 25 Com a vigência da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), **não há mais que se falar em incapacidade absoluta dos maiores de 16 anos**. Por sua vez, a pessoa com deficiência é aquela que pode ter a sua participação na sociedade comprometida em razão de 'impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial' em conjunto com a existência de uma ou mais 'barreiras' (art. 2ª). É dever do Estado e da Sociedade remover ou, ao menos, minimizar tais barreiras para promover *'o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania'* (art. 1º). Destaca-se, ainda, o art. 6º do referido dispositivo legal, no qual consta que *'a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa'*. Assim, ficam assegurados os direitos inerentes à personalidade, os direitos políticos e, inclusive os **direitos patrimoniais, sendo estes os únicos passíveis de restrição em razão da curatela**, conforme nova redação do artigo 1.772 c/c o artigo 1.782, ambos do código civil.
- 26 No caso dos autos, a prova produzida, notadamente a perícia indica a necessidade de ser nomeada curadora para auxiliar a parte requerida na superação de suas barreiras.
- 27 Portanto, **ACOLHO** o pedido formulado para **nomear a parte requerente (MSANM) curadora da parte requerida (OAN)**. Por consequência, julgo extinto o feito com fulcro no artigo 487, inciso I, do CPC
- 28 A curatela será exercida por **prazo indeterminado e nos exatos termos desta sentença**.
- 29 A parte **CURATELADA** poderá exercer todos os direitos inerentes à personalidade, mas, em razão das suas limitações sofrerá restrições nos direitos patrimoniais e negociais, **ficando PROIBIDA de emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandada e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração, sem a assistência do(a) curador(a)**.  
 A parte **CURADORA** fica **PROIBIDA de alienar ou onerar bens da parte curatelada, sejam móveis ou imóveis, bem como de contrair empréstimo/financiamento em nome destas em PRÉVIA autorização judicial**. Além disso, a parte curadora **deverá empregar toda a renda recebida em nome da parte curatelada, incluindo-se eventuais verbas assistenciais/previdenciárias, em prol do bem-estar e eventual recuperação desta**, sempre com o objetivo de integra-la à vida social e comunitária. Igualmente, a **parte curadora fica autorizada à representar a parte curatelada perante os órgãos da Previdência Social e Instituições Bancárias**, (inclusive para solicitar e receber benefícios previdenciários e/ou assistenciais, se o caso).
- 30 O descumprimento desta ordem implicará em requisição de inquérito policial para apurar eventual crime de desobediência. Assim, na hipótese de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

descumprimento, a parte interessada deverá buscar dar ciência da decisão ao gerente ou responsável pela agência, (se possível), e, na sequência, comunicar ao Juízo o fato e o nome do gerente ou responsável pela agência.

- 31 Fica, igualmente, VEDADA a intervenção clínica ou cirúrgica, o tratamento ou a institucionalização forçada da curatelada, conforme os artigos 11 e 12 da Lei citada.
- 32 A curadora deverá prestar contas anualmente, em janeiro, em incidente em apenso.
- 33 Para evitar a especialização de hipoteca legal, deverá ser averbada a indisponibilidade dos imóveis de fls. 48 e 51, da parte cabente à curatelada, até nova ordem judicial.
- 34 Sem prejuízo, considerando que a curadora vem desempenhando a contento seu mister, possível a liberação da renda mensal da curadora e mais do valor em conta bancária, cerca de R\$ 50.000,00, para que seja investido, com parcimônia e cautela pela curadora, sempre e somente no bem-estar da curatelada, com a prestação de contas de forma anual, como determinado. Neste sentido, observo que a curatelada tem mais de 90 anos de idade e o seu patrimônio deve ser utilizado para lhe conferir melhores condições no período que lhe resta de vida, não sendo razoável exigir maiores preocupações com manutenção de patrimônio, além do razoável, o que será observado quando da prestação de contas.
- 35 Expeça-se o necessário edital, inscrevendo- na plataforma de editais do CNJ e publicando-o na Imprensa oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 dias;
- 36 Expeça-se o termo de compromisso. Privilegiando a razoável duração do processo e a eficiência na prestação jurisdicional, no mesmo prazo, o(a) Advogado(a) ou Defensor(a) Público(a) que assiste a parte deverá colher a assinatura e digitalizar o documento nos autos, declarando a sua autenticidade sob as penas da lei, no prazo de 10 dias. Não cumprida a determinação supra, intime-se a parte curadora para assinar o termo de compromisso em Cartório, no prazo de 5 dias, sob pena de remoção do encargo.
- 37 Expeça-se a certidão de curatela definitiva, **que só poderá ser liberada nos autos após a assinatura do termo de compromisso e a publicação do edital**, devendo ser impressa pela parte interessada.
- 38 Por cautela, visando a preservação dos bens do incapaz, **oficie-se: ao INSS e ao SCPC**, cientificando sobre a curatela da parte requerida, que somente limita o exercício dos direitos patrimoniais e negociais do curatelado, **alertando que a parte curadora está proibida de contrair empréstimo/financiamento em nome da parte curatelada.**
- 39 Providencie-se o necessário para averbação no CRI quanto à indisponibilidade dos imóveis, parte cabente à curatelada, fls. 48 e 51.
- 40 Providencie-se o necessário para desbloqueio dos valores, fls. 54/58.
- 41 Por fim, quanto ao filho da idosa, o Sr. José Carlos, não é viável, neste feito, apurar sua eventual incapacidade, entretanto, também não cabe ao juízo ignorar a realidade, assim, defiro o requerido pela d. Defensoria Pública, fls. 245/247



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

- 42 Com o **trânsito em julgado**: Nos termos do §3º, do artigo 755, do CPC, inscreva-se esta sentença no registro de pessoas naturais.
- 43 Ciência ao Ministério Público.
- 44 Ciência à Defensoria Pública.
- 45 Cumpridas as determinações, archive-se, dando baixa dos autos no sistema.
- P.I.C.

São Carlos, 11 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**